

5. Realismo e não realismo

Subjacente à discussão que estamos a desenvolver e, em especial, no que concerne ao problema mente e corpo, o que implica, como é sabido, assumir uma posição sobre a natureza das substâncias que fazem parte do universo e suas consequências no que se refere à definição de posições acerca dos temas da redução/unificação das ciências, encontra-se a questão fundamental sobre a adoção da postura realista ou não realista no que se refere aos construtos científicos, a qual se associa também à discussão da natureza da referência e, portanto, a que tipo de teoria semântica se quer estabelecer.

Devido à amplitude do assunto, não há como recuperar em detalhes todas, nem grande parte das contribuições essenciais sobre o tema do realismo neste curto espaço, tendo em vista igualmente os nossos objetivos. Entretanto, como já dito, esse assunto está implícito na discussão traçada até aqui e torna-se necessário, para o desenvolvimento do que queremos propor: retomar, pelo menos, alguns dos marcos mais atuais desse tema clássico. Nosso problema, já o adianto, é que posição assumir em relação ao tema do realismo e como ele se associa ao fisicalismo. Veremos adiante a razão de nos posicionarmos acerca desse tema e como a discussão que desenvolveremos nessa seção se articula com o que pretendemos propor.

Como colocado, a amplitude da discussão da dicotomia realismo e não realismo, dominante, desde sempre, no debate em filosofia da ciência, impede-nos de desenvolvê-la na extensão necessária. Sabemos que a postura não realista pode assumir várias

versões, como o idealismo, o nominalismo e o instrumentalismo, esse último sua versão mais atual. Contentar-nos-emos com algumas breves considerações de como essa discussão foi atualizada na visão de alguns autores do Círculo de Viena e como podemos descrevê-la, em linhas gerais, em termos contemporâneos.

5.1. AINDA O CÍRCULO DE VIENA

Poincaré (1968 [1902]), em *De la Science et l'Hypothèse*, admite a ideia de que as leis da ciência não deveriam ser consideradas enunciados sobre os fatos e suscetíveis de ser verificadas pela experiência ou pela observação e, sim, como convenções sobre o uso que gostaríamos de fazer de certos termos. A ele opõe-se a visão realista de Mach, para quem os princípios ou leis da ciência são descrições abreviadas de fatos observados. Essa discussão foi intensa no seio do Círculo de Viena, que, em muitas ocasiões, buscou integrar as duas concepções (BONNET e WAGNER, 2006). De acordo com Frank (1949), os textos de Duhem, particularmente, *La Théorie Physique: son objet, sa structure* (DUHEM, 1906), visavam a essa reconciliação na medida em que tomavam a teoria física não como uma explicação, mas como uma maneira de dar uma representação matemática a um conjunto de leis experimentais. Para o autor, “a tentativa de integrar as duas concepções em um único sistema coerente estava na origem do que mais tarde se chamou de empirismo lógico”⁴¹ (FRANK, 1949, p.12 [tradução nossa]).

A perspectiva realista clássica é, como já apontado, assumida por Schlick (1918), o qual concebe a relação entre conceitos e objetos

41 “The attempt to integrate the two concepts into one coherent system was the origin of what later called logical empiricism”.

como uma relação entre signos e o que eles designam; essa designação é operada por uma atribuição de uma correlação (*Zourdnung*) efetuada pelo pensamento. O conhecimento é, portanto, concebido como uma designação da realidade preexistente, o que exclui toda forma de constituição do objeto pelas faculdades do conhecimento. Ao que parece, Schlick persiste nessa concepção em textos mais tardios, como, por exemplo, em Schlick (1985 [1932], p.58) quando afirma que “os átomos e os campos elétricos, ou outras coisas de que possa falar o físico, constituem precisamente aquilo de que são feitas as casas e as árvores, segundo o que ele próprio ensina; portanto, uma coisa deve ser real no mesmo sentido que a outra”.

Essa versão do realismo, também chamada de correspondentista, é discutida por outros empiristas lógicos que buscam, porém, uma formulação mais sofisticada do tema. O debate realiza-se por meio da caracterização da noção de verdade, que, antes da clareza que se obteve posteriormente sobre o foco na linguagem, embaralhava-se com a noção de confirmação ou verificação: o empirismo prescreve que a confirmação de uma proposição se faça por meio da experiência, o que implica que a proposição deve adequar-se à realidade dos fatos. Nesse encaminhamento do tema, a realidade se mostra distinta da linguagem e os dois domínios devem, assim, ser cotejados.

Para Carnap (1936), por outro lado, a concepção que faz a realidade uma entidade independente da linguagem é um dos problemas da Filosofia. Essa visão, no entanto, não torna Carnap um coerentista, no sentido de que a confirmação se reduziria a um procedimento de articulação discursiva ou intralinguístico. Ele, na verdade, equilibra-se entre a posição da necessidade do teste do cotejo com a realidade, sem, no entanto, assumir a postura de que o conhecimento se sustenta com base na articulação linguística adequada. Sua reflexão, exposta de maneira sucinta em *Wahrheit und*

Bewährung (CARNAP, 2006 [1936]), com base na proposta de Tarski (2007 [1933]) acerca da noção de verdade, pode nos servir como um roteiro na exposição desse tema. Como mostraremos, os principais pontos abordados por Carnap neste texto constituir-se-ão, na nossa opinião, como os temas que serão desenvolvidos por muitos dos autores posteriores a essa tradição.

Carnap parte, assim, da proposta de que é possível distinguir os conceitos de verdade e confirmação; a essa distinção, segundo o autor, não estaria sendo dada a devida atenção (CARNAP, 2006 [1936], p.559). O primeiro conceito, para ele, afirma algo independentemente do tempo, ao passo que o segundo, ao contrário, é dependente do tempo. A dificuldade de uma definição inequívoca da noção de verdade – afetada pelo significado do termo na vida cotidiana e que, para alguns dos empiristas lógicos, como Neurath (BONNET; WAGNER, 2006, p.554), reintroduz uma instância metafísica – teria levado a filosofia científica em construção na época a rejeitar essa noção, utilizando, em seu lugar, a noção de confirmação pela experiência. A proposta de definição de verdade de Tarski (2007 [1933]), no entanto, mostrou, como é sabido, que uma sentença – de uma linguagem formalizada – pode ser verdadeira devido à sua adequação a critérios formais que estabelecem em que condições tal enunciado é verdadeiro, o que ficou conhecido como as condições de verdade de uma sentença.⁴²

42 A concepção de verdade de Tarski é baseada na chamada Convenção T, a qual prevê que, para toda e qualquer sentença verdadeira de determinada linguagem formalizada, deve ser possível afirmar uma instância verdadeira do mencionado esquema que tem, como se sabe, a seguinte forma: «x» é verdadeira se e somente se p. A motivação de Tarski, como lógico, diz respeito à sua não aceitação das antinomias e paradoxos, como o famoso paradoxo do mentiroso, que impossibilitava decidir a verdade das sentenças, o que equivale a desconsiderar o princípio do terceiro excluído, ou seja, diante de um par de sentenças contraditórias, apenas uma deve ser verdadeira. Tarski começa por restringir sua teoria às linguagens formalizadas, ou seja, exclui as línguas naturais já que, além dos paradoxos, incluem indexais e dêiticos,

A repercussão da proposta de Tarski é, como se sabe, bastante ampla com consequências em vários campos teóricos. Um dos pontos em discussão é saber qual a posição de Tarski com respeito às duas posturas que estamos discutindo nesta seção, isto é, trata-se de uma postura realista ou não; ou, dito de outra maneira, a teoria da verdade de Tarski é uma reafirmação da visão correspondentista do conhecimento científico? Ele evidentemente não é um solipcista, mas há os que o interpretam como um não correspondentista (HAACK, 1976) e os que consideram que sua teoria é correspondentista (POPPER, 1979). No texto de Tarski, é possível destacar trechos que permitem sustentar as duas posições (PEREIRA, 2009; MEUER,

ambiguidades etc., que fazem com que possam exibir significados diferentes de acordo com o contexto da elocução. Interessado, assim, em fundamentar uma linguagem sem as alegadas “deficiências” da linguagem natural, com a finalidade de expressão da ciência, o que já era um objetivo de Carnap em *Logische Syntax der Sprache* (1933), Tarski propõe dois critérios metodológicos: a adequação material e a correção formal. De acordo com o primeiro critério, uma definição é adequada quando consegue captar o significado que lhe é reconhecido pelos usuários da expressão em questão; este quesito parece apontar para uma concordância dos usuários da língua acerca do que corresponde os itens que compõem determinada linguagem. Pelo segundo critério, é formalmente correta uma definição que atende às regras formais relativas à construção de definições (Tarski, 2007 [1933], p. 159). Na construção de uma linguagem formalizada, deve-se assim estabelecer dois domínios: elencar os itens que tomarão parte da linguagem, com seus significados determinados e compartilhados, formando assim um tipo de vocabulário; e um conjunto de regras axiomáticas que permitem formar enunciados com os itens do primeiro domínio. É, assim, a respeito do conjunto de enunciados extraídos da interação entre dois domínios que se pode verificar o valor de verdade. É interessante observar que, na medida em que estabelece as sentenças como portadoras ou não de verdade, afastando-se, desta forma, da concepção de Russell (1910) para quem são as crenças que podem ser assim avaliadas, Tarski distancia-se de uma abordagem psicológica do significado – proposta que teve o pioneirismo de Frege (DUMMETT, 1973) – e encaminha sua teoria para a linguagem, já que são sentenças oriundas de uma determinada linguagem, numa versão que passa a permitir uma cisão metodológica entre forma /conteúdo de um lado e “os fatos” de outro. Nesse sentido, torna-se possível examinar a adequação entre forma e conteúdo de uma sentença sem necessariamente incluir o cotejo com os fatos. Ora, é exatamente essa possibilidade de cisão metodológica que parece fomentar a virada semântica, ou linguística, idealizada por Carnap.

2013; RODRIGUES FILHO, 2006). Realizar a exegese do texto de Tarski com o desenvolvimento dessa questão está além do que precisamos; no entanto, é relevante explorar um pouco mais a postura de Carnap no texto supracitado, o qual permitirá caracterizar as possibilidades de abordagem posteriores em relação à questão do realismo com consequências em relação aos nossos objetivos.

Um dos pontos relevantes do texto carnapiano diz respeito ao fato de, ao defender a teoria de Tarki na comunidade ligada ao Círculo, Carnap anuncia o que se chamou de virada linguística ou semântica na Filosofia, já prevista no livro *Logische Syntax der Sprache* (CARNAP, 1934), mas que ganha consistência a partir de *Wahrheit und Bewährung* (BONNET; WAGNER, 2006, p.554); (COFFA, 2001; RORTY, 1967) (Cf. a nota 45).

Para compreender o que acaba de ser dito, precisamos retomar, em linhas gerais, a recepção de Carnap da noção de verdade na concepção de Tarski. Observe-se o seguinte trecho no qual Carnap explora “uma consequência da definição de verdade”⁴³ de Tarski:

a proposição “a neve é branca” é verdadeira se e somente se a neve é branca. Esta consequência é certamente verdadeira, e se vê assim que a definição é estabelecida de maneira correta; mas esta consequência não traz nenhuma resposta à questão do critério de confirmação.⁴⁴ (CARNAP, 2006 [1935], p.560 [tradução nossa]).

O que se admite nesse trecho é que pode haver adequação formal de um enunciado independentemente de sua correspondência com os fatos do mundo. Nos termos de Coffa (2001, p.97 [tradução

43 “une conséquence de la définition de ‘vrai’”.

44 “la proposition ‘la neige est blanche’ est vrai si et seulement si la neige est blanche. Cette conséquence est certainement vraie, et l’on voit ainsi que la définition est établie de manière correcte; mais cette conséquence n’apporte aucune réponse à la question du critère de confirmation.”

nossa]), o conceito de verdade que se extrai a partir da *Logische Syntax der Sprache* é que “toda verdade a priori é verdade em virtude das significações”⁴⁵.

No que se refere à confirmação, a qual implica o cotejo com os fatos do mundo, precisa-se de procedimentos de teste, os quais têm caráter metodológico se incluem regras. As proposições da ciência do real são estabelecidas de tal forma que devem poder ser testáveis ainda que não possam ser jamais definitivamente aceitas ou rejeitadas, o que, como se sabe, será desenvolvido por Popper nos anos subsequentes, na sua abordagem do desenvolvimento do conhecimento por meio da noção de falseamento (POPPER, 1972).

O tema da confirmação deve ainda encontrar um desafio maior nos termos de Carnap: a ideia de comparação ou cotejo de proposições com os fatos não lhe parece sem dificuldades, ou mesmo apropriada, já que falar de comparação implica correlacionar “dois objetos” que possam dispor de uma mesma propriedade, o que, como veremos adiante, será explorado por Putnam (1990) com a ideia do “ponto de vista de Deus”. No caso em questão, segundo Carnap, é preferível falar de confrontação de dois objetos de maneira que uma proposição é confirmada se está de acordo com um fato. O autor, no entanto, inquieta-se com uma eventual tomada de posição, provavelmente aquela adotada por Schlick, que pretendia que podemos falar de “realidade” independentemente da linguagem escolhida para descrevê-la. Nos termos de Carnap (2006 [1935], p.564 [tradução nossa]),

a resposta a uma questão a respeito da ‘realidade’ não depende somente dessa ‘realidade’ dos ‘fatos’, mas igualmente da estrutura e dos recursos conceituais da língua que são utilizados para descrevê-la. Quando se traduz de uma língua para outra, o conteúdo

45 “toute vérité a priori est vérité en vertu des significations”.

de uma proposição fatural não pode permanecer sempre não modificada, em particular no caso em que as estruturas respectivas das duas línguas diferem acerca de pontos essenciais.⁴⁶

Um dos exemplos de Carnap, no que se refere à incompatibilidade de linguagens mencionadas, são conceitos da mecânica quântica, como função de onda ou quanticização, que não têm correspondentes na Física clássica. Não se trata, para ele, no entanto, de dizer que proposições antes confirmadas se mostraram incorretas posteriormente, mas, simplesmente, que não podem encontrar uma versão renovada numa linguagem teórica posterior.

Não se trata igualmente, para Carnap, portanto, de rejeitar a confrontação com os fatos, que é também tão problemático quanto rejeitar esse critério. Assim, mantém-se, como princípio norteador do empirismo lógico, o procedimento de confrontação com a observação, mas sem a crença de que a relação entre a linguagem e o mundo se dá de forma direta e independentemente de como formulamos nossa descrição de mundo.

O breve resumo das considerações de Carnap apontam os principais temas que serão discutidos na Filosofia da Ciência nos anos posteriores a respeito do problema do realismo. Continuaremos a acompanhar os principais marcos dessa discussão que, como dissemos, será fundamental em relação ao desenvolvimento das questões que nos ocupam.

As bases de reflexão tendo sido colocadas, a discussão contemporânea sobre o realismo pôde se desenvolver a partir da crítica

46 *“la réponse à une question portant sur la ‘réalité’ ne dépend pas seulement de cette ‘réalité’, des ‘faits’, mais également de la structure et des ressources conceptuelles de la langue qui est utilisée pour la décrire. Lorsqu’on traduit d’une langue dans une autre, le contenu d’une proposition factuelle ne peut pas toujours rester inchangé, en particulier dans le cas où les structures respectives des deux langues diffèrent sur des points essentiels”.*

ao empirismo lógico a qual se expandiu por meio de várias frentes (JACOB, 1980; PANACCIO, 2012; LAUGIER e WAGNER, 2004). Dentre os autores que consideramos mais relevantes, comentaremos a contribuição de Quine (1980 [1951]), que defende uma visão não realista do conhecimento científico, ainda que mantenha a postura empiricista, e o tratamento dado ao tema por Putnam (1974, 1990), o qual amplia a noção de realismo, distinguindo, pelo menos, três possibilidades interpretativas dessa noção. Por fim, cotejamos a discussão desenvolvida com a proposta de van Fraassen (1980) conhecida como empirismo construtivo⁴⁷.

5.2. O DEBATE SOBRE O REALISMO NA CONTEMPORANEIDADE

A proposta de Quine 1980 [1951] tem por base a crítica sistemática à distinção entre juízos analíticos, ou verdades analíticas, fundamentadas exclusivamente na significação dos termos, e os juízos sintéticos, cuja verdade depende do cotejo com a experiência, com os fatos do mundo. A distinção kantiana, que, segundo Quine, é um dos dogmas do empirismo contemporâneo, não pode ser fundamentada e, por isso, deve ser abolida. Um dos seus objetivos é combater o consenso de que há enunciados cuja verdade é decidida exclusivamente pela significação dos seus termos, ou, dito de outra maneira, ele questiona a plausibilidade da existência de verdades lógicas. Ele, portanto, permanece empirista⁴⁸, mas, como mostra-

47 A crítica ao empirismo lógico e a discussão sobre o realismo pode ainda se beneficiar de, pelo menos, mais duas perspectivas bastante influentes: 1) a visão epistemológica da ciência desenvolvida a partir dos trabalhos de Kuhn (2003 [1962]) e Feyerabend (1979); e 2) o nominalismo de Goodman (1972).

48 Na realidade, na sua busca um novo fundamento para o empirismo, Quine (2004 [1969], p.42-43) reafirma o princípio básico do empirismo, como se vê, nos seguintes

mos na sequência, sua argumentação o conduz a propor que o co-tejo com a realidade não se dá por meio da correlação biunívoca entre um enunciado e um fato do mundo e, sim, que todo o conjunto de enunciados de uma teoria científica é chamado a participar do processo de verificação empírica, o que relança, de maneira muito original, o debate sobre a relação entre a linguagem e o mundo e sobre nossa própria concepção de acesso ao real.

Como se sabe, é na reflexão sobre a definição de sinonímia que Quine encontra os elementos de que precisa. O autor parte da dissociação fregeana entre significado e referência, o que o permite conceber “as significações como entidades”⁴⁹, reduzindo “a tarefa principal da teoria da significação à sinonímia das formas linguísticas”⁵⁰ (QUINE, 1980 [1951], p.95 [tradução nossa]). Em outras palavras, para Quine, a significação constitui-se como uma entidade interna à linguagem; restando articular sua relação com os fatos do mundo, o que, no entanto, não pode ser tomado na direção de que significar é, simplesmente, estabelecer a conexão com uma entidade extralinguística.

Para Quine, então, definir a significação de um enunciado ou uma expressão é, na realidade, associá-lo a uma paráfrase na qual utilizamos sinônimos, o que nos mantém, portanto, no interior da linguagem. O autor considera, assim, que a noção de significação pode ser fundamentada na sinonímia, ou, mais claramente, a signi-

trechos: “toda prova que pode haver para a ciência é de ordem sensorial” e “todo aporte de significação nas palavras deve no final das contas repousar sobre provas sensoriais”(tradução nossa de “*toute preuve qu’il peut y avoir pour la science est d’ordre sensoriel*” e “*toute injection de signification dans les mots doit en fin de compte reposer sur des preuves sensorielles*”).

49 “*les significations comme des entités*”.

50 “*la tâche principale de la théorie de la signification à la synonymie des formes linguistiques*”.

ficação de uma expressão é a classe de expressões que lhe é sinônima. Essa proposta fez fortuna, como se sabe, permitindo a utilização do critério da substituição para definir se duas expressões são sinônimas ou têm a mesma significação, ou seja, duas expressões são sinônimas se são intercambiáveis em todos os contextos, preservando-se o valor de verdade (QUINE, 1980 [1951], p.101).

A principal consequência dessa proposta é que toda a língua, ou uma teoria, é chamada a participar da descrição do significado de um enunciado por meio do método de verificação da sinonímia. Nas próprias palavras de Quine (1980 [1951], p.115 [tradução nossa]): “nossos enunciados sobre o mundo exterior são julgados pelo tribunal da experiência sensível, não individualmente, mas somente coletivamente”⁵¹.

A abordagem da significação desenvolvida por Quine é nomeada de holismo, já que recusa a visão fregeana do enunciado como unidade de significação, implicando que, se os enunciados são verdadeiros apenas em conjunto, nenhum fato do mundo corresponde individualmente a um enunciado no sentido de lhe atribuir significação. Assim, cada enunciado só pode reenviar a outros enunciados e parte deles permite ser associados com fatos extralinguísticos verificáveis (OLIVIER, 2015).

Que concepção da dicotomia realismo/não realismo emerge da abordagem de Quine?

Se interrogando sobre a natureza da relação entre uma teoria e as experiências que contribuem ou aumentam sua confirmação, Quine se serve de metáforas para esclarecer sua concepção dessa relação. Considerando que a unidade de significação é a totalidade da ciência, o autor afirma que as teorias são como “um pano tecido

51 “nos énoncés sur le monde extérieur sont jugés par le tribunal de l'expérience sensible, non pas individuellement, mais seulement collectivement”.

pelo homem cujo contato com a experiência se faz nos seu contornos⁵², ou ainda, “o conjunto da ciência é um campo de forças cujas fronteiras seriam a experiência⁵³ (QUINE, 1980 [1951], p.117 [tradução nossa]). Se um conflito com a experiência surge nessas fronteiras, ou periferias, procedemos a reajustes no interior do campo. “É preciso assim redistribuir os valores de verdade de parte dos enunciados⁵⁴ (QUINE, 1980 [1951], p.117 [tradução nossa]) e a reavaliação de certos enunciados, tendo em vista a ligação lógica entre eles, provoca a reavaliação de outros tantos enunciados. O “campo total da teoria é de tal modo subdeterminado pelas fronteiras, isto é, pela experiência, que se tem toda a liberdade de escolher os enunciados que se quer reavaliar⁵⁵ (QUINE, 1980 [1951], p.117 [tradução nossa]). É o equilíbrio ou adequação da totalidade do campo teórico que tem um papel determinante na escolha de quais enunciados deverão ser reavaliados.

Para Quine (1980 [1951], p.120 [tradução nossa]), enfim, os construtos de uma teoria, a noção de classe e mitos, como o centauro, por exemplo, têm o mesmo estatuto epistemológico: “a única diferença é o grau com o qual eles facilitam nossas interações com as experiências sensoriais⁵⁶”.

Quine recusa, assim, a visão correspondentista, tornando, de certa forma, improcedente a disputa sobre se uma entidade teórica

52 “une étoffe tissée par l'homme, et dont le contact avec l'expérience ne se fait qu'aux contours”.

53 “l'ensemble de la science est comparable à un champ de forces, dont les frontières seraient l'expérience”.

54 “Il faut alors redistribuer les valeurs de vérité à certains de nos énoncés”.

55 “champ total est tellement sous-déterminé par ses frontières, c'est-à-dire par l'expérience, qu'on a toute liberté pour choisir les énoncés qu'on veut réévaluer”.

56 “la seule différence étant le degré avec lequel ils facilitent nos interactions avec les expériences sensorielles”.

específica é real ou não, mas mantém, de forma renovada, o apelo à comprovação empírica da totalidade de uma teoria e, para isso, adota uma visão pragmatista ainda mais radical que a de Peirce, ou seja, recebemos uma herança teórica e um conjunto de impressões sensoriais e, além de racionais, nossas decisões sobre o que deve ser endossado levam em conta critérios pragmáticos.

Vejamos a seguir como Putnam (1973) se insere nesse debate.

Putnam foi talvez o filósofo contemporâneo que mais se dedicou à discussão sobre o realismo em ciência. Sua reflexão, que visa a reformar o realismo, pode ser concebida também como um contraponto, sobretudo, à perspectiva de Kuhn (2003 [1962]) para quem, como é notório, as teorias científicas seriam visões de mundo, historicamente determinadas, que são incomensuráveis, ou seja, não poderiam ser avaliadas umas em relação às outras já que não compartilham objetos de estudo, modos de observações ou critérios de adequação.

A proposta de Putnam é garantir a persistência da referência independentemente das expressões que utilizamos para acessá-la, o que ficou conhecido como a teoria Causal da Referência, desenvolvida também com a contribuição de Kripke (1972). Em outras palavras, a significação de um termo teórico se altera historicamente, mas sua referência se mantém: estaríamos sempre se nos referindo a “algo que está aí” ainda que linguisticamente a concepção do referente possa mudar.

O exemplo mais explorado por Putnam (1973, p.197 [tradução nossa]) é o da eletricidade. Termos como este devem ser tratados como “termos transteóricos (...) isto é, como termos que têm a mesma referência em teorias diferentes”⁵⁷. As teorias, ou mesmo

57 “*tram-theoretical terms, (...) i.e. as terms that have the same reference in different theories*”.

os falantes de uma língua, podem usar, com isso, o termo eletricidade sem que compartilhem, necessariamente, a mesma intenção, no sentido de Carnap. O que se tem em comum, segundo Putnam (1973, p.200 [tradução nossa]), é que somos “conectados por um certo tipo de cadeia causal numa situação na qual uma descrição da eletricidade é proposta e, geralmente, essa descrição é causal, isto é, ela designa a eletricidade como a grandeza física responsável por certos efeitos que ocorrem de determinadas maneiras”⁵⁸.

Assim, se um falante toma parte do que Putnam chama de evento introdutivo (*introducing event*), isto é, uma vivência em que determinado termo lhe é comunicado ou apresentado, ele passa a dispor do termo e de sua aplicação; e o referente é fixado no idioleto deste falante, o que permite que o termo seja utilizado por qualquer menção ou teoria acerca desse referente. Ocorre, além disso, para garantir o compartilhamento do termo pelos falantes, uma cadeia de transmissão do termo que garante a continuidade de seu uso na língua. O autor conclui que a significação não depende absolutamente da teoria que se aceita a respeito daquele referente, ou ainda, a significação pode se alterar, mas sua referência permanece estável. Por exemplo, as teorias sobre o elétron referem-se ao mesmo objeto empírico embora utilizem o termo elétron com significados diferentes.

A abordagem de Putnam defende, como se vê, uma visão acumulativa do saber científico em que as teorias vão desvelando, gradualmente, seus objetos de estudo. No entanto, o autor tem o cuidado de evitar a crença de que o conhecimento humano possa dispor do que ele chama de ponto de vista do olho de Deus (*God's Eye view*) (PUTNAM, 1990, p.5), ou seja, é-nos impossível estar em

58 “connected by a certain kind of causal chain to a situation in which a description of electricity is given, and generally a causal description - that is, one which singles out electricity as the physical magnitude responsible for certain effects in a certain way”.

posição de elaborar um saber totalizante no qual estaríamos observando ou analisando o objeto científico de fora⁵⁹.

Essas ideias levaram Putnam a formular o que chamou de realismo interno ou realismo com face humana, que se opõe ao realismo correspondentista tradicional, ou externalista como é chamado por Putnam (1984, p.61), para quem os objetos da ciência são independentes da concepção que fazemos deles. Para o autor, não há como sustentar, portanto, a proposição de que há uma única forma de vinculação entre a linguagem, ou a teoria, e o mundo. Para ele, então, três proposições devem ser rejeitadas: 1) a existência de objetos independentes da mente; 2) a possibilidade de uma descrição única do mundo; e 3) a correspondência simplista da verdade como correspondência com o mundo. Para ele, assim, “somos nós que recortamos o mundo em objetos quando introduzimos esse ou aquele esquema de descrição”⁶⁰ (PUTNAM, 1984, p.64 [tradução nossa]). Esses pressupostos não levam Putnam, no entanto, a abraçar uma posição relativista clássica. Para ele, há melhores ou piores maneiras de se reportar à realidade. As condições subjetivas de conhecimento, no sentido de Kant, não são um obstáculo ao saber, mas o único meio de apropriação da realidade que é construída juntamente com o espírito, ou a mente. Com a formulação do realismo interno, o autor pretende, destarte, romper com o dualismo entre internalismo, próprio da visão nominalista, e o externalismo do realismo tradicional. Sua concepção é uma mescla das duas po-

59 Essa visão tem por base a conhecida interpretação de Copenhague da mecânica quântica formulada por Bohr e outros (PUTNAM, 1990, p.4): “considera-se que toda propriedade do sistema tem significado e existência apenas em relação a um aparato de mensuração particular numa situação experimental particular” (tradução nossa de “every property of the system is considered to have meaning and existence only in relation to a particular measuring apparatus in a particular experimental situation”).

60 “C'est nous qui découpons le monde en objets lorsque nous introduisons tel ou quelle schème de descriptions”.

siões clássicas, criando uma racionalidade que preserva o tribunal da experiência, ou da adequação com a realidade, que assume um caráter normativo crítico, e as conquistas da determinação das propriedades da linguagem como condição de formatação da nossa abordagem à realidade.

Há comparações que podem ser traçadas entre Putnam e Quine no que se refere à preservação da testagem empírica e no papel da linguagem que delineamos; diferem-se, no entanto, em relação ao foco atribuído à importância de uma concepção de realidade que é menos marcante na abordagem holística do que na proposta do realismo interno.

A visão realista, por outro lado, perde relevância na teoria do empirismo construtivo de van Fraassen (2007 [1980]), que comentamos a seguir.

A abordagem de van Fraassen, nomeada de empirismo construtivo, também se inscreve no debate acerca da noção de verdade e de sua correspondência com a realidade. De acordo com a teoria causal de Putnam/Kripke, um termo teórico pode se referir a um objeto exterior sem que isso signifique, no entanto, que ocorra correspondência entre o termo e o que ele designa. Com o empirismo construtivo, que adota uma postura antirrealista, van Fraassen defende a ideia de que não precisamos acreditar que as teorias são verdadeiras e, sim, apenas que elas devem ser empiricamente adequadas. O autor investe na noção de modelo científico, formado de um conjunto articulado de enunciados, com valor axiomático, de forma que os fenômenos observados devem ser descritos e analisados de acordo com um modelo que ganha, dessa maneira, a qualidade de ser considerado empiricamente adequado. Não importa, nesse caso, garantir que o modelo corresponda ao que é de fato real. Empiricamente adequado, portanto, não é equivalente a verdadeiro. Essa proposta é compatível com a constante transfor-

mação das teorias ao longo da história que é plena de exemplos de teorias que “funcionavam”, ou, para usar uma expressão de van Fraassen, “salvavam os fenômenos” num determinado estágio do tempo e que se mostraram, posteriormente, ser falsas.

Para chegar a esses resultados, van Fraassen parte de uma crítica à distinção da linguagem científica, proposta pelos positivistas lógicos, sobretudo por Carnap (1956), entre vocabulário observacional e vocabulário teórico. Para Carnap, uma teoria científica é formada por um número finito de postulados expressos em linguagem teórica (GAVA, 2010). Compõe também a teoria um conjunto de regras de correspondência que associam os enunciados teóricos a enunciados descritos por linguagem observacional. Segundo Carnap, qualquer grandeza que puder ser mensurada pode ser considerada observável, ou, pelo menos, detectável, mas admite que há, na realidade, um contínuo que vai de observações por meio dos nossos sentidos até “observações” indiretas que podem ser complexas e dependentes de instrumentos sofisticados.

A questão levantada por van Fraassen é como estabelecer a distinção entre o que é teórico e o que é observacional, ou seja, não parece ser possível traçar distinção nítida entre eles, preferindo-se admitir certo *continuum observacional*. Para van Fraassen, os positivistas lógicos das primeiras décadas do século XX não conseguiram estabelecer a distinção mencionada de forma satisfatória, o que o fez dedicar-se a tentar de fato ocupar-se do tema optando por basear-se, inicialmente, no plano empírico e, distinção feita, “alçar” até o plano teórico, numa trajetória inversa ao que ele supõe ter sido implementado por Carnap com o *linguistic turn*.

É correto que o projeto reducionista do positivismo lógico pretendeu eliminar nomenclatura que não tivesse correspondência empírica consistente, mas, na realidade, não conseguiu evitar a legitimidade do emprego de um vocabulário cada vez mais abstrato,

sobretudo quando se pensa, por exemplo, da descrição da dinâmica das partículas atômicas, identificada pela mecânica quântica. Van Fraassen, porém, mantém a postura empirista, como se pode ler, no seguinte trecho de sua principal obra, a saber, *A Imagem Científica* (VAN FRAASSEN, 2007 [1980], p.19): “de um ponto de vista empirista, para servirem aos objetivos da ciência, os postulados não precisam ser verdadeiros, a não ser no que dizem sobre o que é real e empiricamente atestável”.

Nessa concepção, uma teoria, vista como um modelo, é empiricamente adequada se, a partir de seus resultados vindos de observações e experimentos, consegue representar seu objeto de estudos corretamente. No entanto, o empirista construtivo permanece neutro em relação à existência ou não existência dos construtos teóricos de seu modelo. Nas palavras do autor, “a adequação dos modelos não requer que todos os seus elementos possuam correlatos na realidade” (VAN FRAASSEN, 2007 [1980], p.267).

Para ele, então, é crucial distinguir o que é e o que não é observável. Vejamos como essa distinção é proposta: “X é observável se há condições que são tais que, se X nos estiver presente nessas condições, então vamos observá-lo” (VAN FRAASSEN, 2007 [1980], p.40). Nessa perspectiva, o estatuto observável de um fenômeno depende da comunidade epistêmica que o delimita, ou seja, ser observável é ser observável para nós. Assim, para o filósofo holandês, no que é criticado posteriormente, por exemplo, por Hacking (2004 [1981]), é considerado observável aquilo que percebemos sem a utilização de instrumentos e o que está além disso é considerado inobservável. Para ele, enfim, o cientista deve considerar com existente apenas aquelas entidades que conseguem ser captadas pelos sentidos e suspender o juízo acerca da realidade das entidades inobserváveis.

Não precisamos, nessa visão, nos comprometer com a existência ou não de construtos como elétron, entidades microscópicas de

toda sorte, regras de movimento de constituintes ou vP. Basta que essas entidades, articuladas num modelo teórico coerente, deem conta de representar adequadamente os fenômenos. Enfim, van Fraassen é antirrealista, portanto, apenas no que concerne ao que é inobservável, ou melhor, não importa o estatuto ontológico daquilo que não podemos perceber se o modelo do qual faz parte consegue ser empiricamente adequado.

5.3. O ESTATUTO DO FISCALISMO E A POSIÇÃO DE CHOMSKY

Ainda que nem sempre explicitamente, as perspectivas teóricas em Linguística e em outras áreas assumem uma escolha em relação à dicotomia realismo/não realismo. Assim, independentemente da comprovação empírica com base na neurociência, da adoção do reducionismo em relação ao físico e o mental, nossas disciplinas devem enfrentar também um debate sobre a fundamentação da noção do que é o físico, ou o material. Ora, o pressuposto quando se tenta reduzir processos mentais a propriedades neurofisiológicas é o que de que apenas essas últimas são físicas ou “reais”, o que, é claro, implica uma postura realista nos moldes tradicionais. Supõe-se, assim, que haja clareza em relação à definição do que é físico. Entretanto, como mostra a breve discussão a seguir, essa noção está longe de ser explícita e pacífica.

Segundo Kim (1999, p.645 [tradução nossa]), uma das versões do fiscalismo pode ser definida por meio da seguinte hipótese⁶¹:

61 O fiscalismo pode ser distinguido do materialismo; este é uma tese ontológica, já o primeiro diz respeito, como já dissemos, a uma visão de que as entidades discretas – que fazem parte do que Fodor (1974) chama de ciências particulares, como a Psicologia – podem ser reduzidas a entidades descritas pela física. Assim, o fiscalismo

“é a doutrina segundo a qual tudo o que existe no mundo espaço-temporal é uma coisa física, e que todas as propriedades das coisas físicas são ou propriedades físicas ou propriedades intimamente relacionadas à sua natureza física”⁶².

Pettit (1993 *apud* ZILIO, 2010, p.219-220) sofisticou essa definição introduzindo a chamada tese da microfísica que diz respeito à redução do físico às partículas subatômicas. Para isso, estabelece as premissas seguintes da tese microfísica (a numeração dos itens é proposta nossa):

1. Há um mundo tal como a Física o descreve;
2. As diferentes coisas no mundo físico compartilham as mesmas partículas elementares;
3. Entidades microfísicas estão sujeitas às regularidades nomológicas (determinísticas ou probabilísticas) devido às suas propriedades;
4. As leis microfísicas não são complementares às leis macrofísicas;
5. As leis macrofísicas não são independentes das leis microfísicas.

Essas propostas têm as seguintes implicações: reafirmam a natureza realista do conhecimento estabelecido na Física e admite que as entidades últimas e reais do mundo são as partículas subatômicas, o que significa que não existem diferenças no nível macrofísico sem que existam também diferenças no nível microfísico. Nessa perspectiva, podem existir leis macrofísicas, mas elas serão,

pressupõe o materialismo, mas não vice-versa.

62 “is the doctrine that everything that exists in the spacetime world is a physical thing, and that every property of a physical thing is either a physical property or a property that is related in some intimate way to its physical nature.”

em última instância, determinadas pelas leis da microfísica e o que tiver influência causal no mundo será também algo de natureza física. Assim, em princípio, não existe nada que não seja físico; caso exista, não teria influência causal no mundo físico. Por último, as propriedades das coisas físicas são reais e se submetem às leis causais do mundo físico.

A questão que surge é, evidentemente, como definir o que é físico? Kim (1999, p.645 [tradução nossa]) tentar responder a essa pergunta da seguinte maneira:

Num sentido estrito, as propriedades físicas são aquelas propriedades, relações, quantidades e magnitudes que figuram na física, tais como massa, energia, formato, volume, entropia, temperatura, posição, distância espaço-temporal, etc. É possível igualmente incluir propriedades químicas como valência, inflamabilidade e acidez, embora essas não façam parte de propriedades básicas físicas – propriedades que fazem parte das leis físicas básicas (nesse sentido, entropia e temperatura também não seriam básicas).⁶³

A proposta de Kim (1999) não deixa, no entanto, de fomentar questões. Uma dessas críticas, talvez a mais consistente, toma por base o trabalho de Hempel (2014 [1966]). Para ele, o que é considerado físico não pode se sustentar na física atual, porque a física está sempre em evolução e talvez o que consideramos como existente hoje pode ser revisto no futuro (BALDWIN, 1993; CHOMSKY, 2000).

Tampouco poderíamos contar com uma eventual Física acabada no futuro, já que não sabemos como será essa Física e como

63 “In a narrow sense, physical properties are those properties, relations, quantities, and magnitudes that figure in physics, such as mass, energy, shape, volume, entropy, temperature, spatiotemporal position and distance, and the like. Most will also include chemical properties like valence, inflammability, and acidity, although these are not among the basic physical properties—properties that figure in basic physical laws (in this sense entropy and temperature are not basic either)”.

será considerado o mundo físico que hoje não temos os meios de conceber (HELLMANN, 1985; MELNYK, 1997).

Diante dessas dificuldades, uma das soluções, proposta por Papineau (2001), é fazer valer os argumentos da causalidade e da completude do mundo físico (GILLET e WITMER, 2001; WORLEY, 2006). A ideia, chamada de via negativa (ZILIO, 2010, p.234), basicamente define “físico” da seguinte maneira: é o “que não está na classe do “não físico”. Se formos adeptos da tese da completude do fisicalismo, não faz diferença se aceitamos a Física contemporânea ou uma Física futura hipotética. O mais importante é esclarecer o que não faz parte do mundo físico, a saber, eventos não físicos não fazem parte do mundo causal fisicalista, pois não interferem no mundo. Notem que não foi preciso apresentar uma definição detalhada sobre o que significa dizer que algo é “físico”. Bastou afirmar que o não físico não faz parte do mundo físico, porque não é causalmente relevante.

O problema passa a ser agora, no entanto, como distinguir o físico do não físico. A esse respeito, Montero (1999 *apud* ZILIO, 2010, p.235), levanta as seguintes questões:

Mas o que exatamente supõe-se que seja não físico sobre um fantasma? É porque eles podem atravessar paredes sem quebrá-las? Os neutrinos (...) podem passar através da Terra sem qualquer distúrbio, e mesmo assim são classificados como [coisas] físicas. É porque eles não possuem massa? Fótons não possuem massa, e mesmo assim são considerados [elementos] físicos. Talvez seja porque eles supostamente não ocupam lugar no espaço. Mas se não ocupar lugar no espaço mostra que algo é não físico, partículas pontuais^[64] (se elas realmente existirem) devem ser classificadas como não-físicas. Mesmo assim, os fisicalistas (...) conside-

64 Nota nossa: Partículas pontuais, que são ainda hipotéticas, são nomeadas de préons e seriam partículas que compõem os quarks e léptons.

rarão isso como um erro. Então, dizer que o físico significa algo como ‘substância não fantasmagórica’ (...) nos ajuda menos ainda.

Dito de outra maneira, de acordo com Zilio (2010, p.235), que comenta o trecho acima: “não podemos definir o que é físico apoiando-se na concepção clássica de materialismo, em que a matéria seria a *res extensa*, cujas principais características seriam possuir massa e ocupar lugar no espaço e no tempo”.

Não seria satisfatório, também, admitir que o que é físico ocupa lugar no espaço-tempo e o que é não físico só ocupa lugar no tempo, já que o espaço-tempo não ocupa nenhum lugar em si. Nesse raciocínio, seríamos obrigados a aceitar que o próprio espaço-tempo não faz parte do mundo físico (MONTERO, 1999).

Chomsky (1995a, 1968, 2000, 2006) toma parte dessa discussão e, por vias diferentes, chega à mesma conclusão a respeito da dificuldade de definir, de forma inequívoca, o que é físico ou material. Essa dificuldade já era clara, segundo o autor, na física newtoniana quando é proposta a noção de gravitação. De *Language and Mind*, publicado originalmente em 1968, mas republicado em 2006, em terceira edição com novo prefácio, extraímos o seguinte trecho:

Newton (...) tentou repetidamente encontrar uma explicação mecânica para a causa da gravitação. Ele rejeitou a visão de que a gravitação é “essencial e inerente à matéria” e manteve que “dizer que toda espécie de coisas é capacitada com uma propriedade específica oculta (tal qual a gravitação) a qual age e produz efeitos manifestos, é não dizer nada”. Alguns historiadores da ciência sugeriram que Newton esperava, como Descartes, escrever um *Princípios de Filosofia*, mas seu fracasso em explicar a causa da gravitação fundamentado em termos mecânicos levou-o a se limitar ao *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural*. Assim, para o senso comum de Newton assim como dos cartesianos, a física não estava ainda adequadamente fundamentada, porque postulava uma força mística capaz de agir à distância. Da mesma forma, a postulação de Descartes da existência de uma mente como um princípio expla-

natório era inaceitável ao temperamento empiricista. No entanto, o sucesso surpreendente da física matemática reverteu essas objeções do senso comum e o prestígio da nova física era tão alto que a psicologia especulativa do iluminismo considerou adequada a necessidade de trabalhar com base no quadro teórico newtoniano (...). A força oculta da gravitação foi aceita como um elemento óbvio do mundo físico, não exigindo explicação, e tornou-se inconcebível que se possa ter de postular princípios inteiramente novos fora do quadro teórico que logo se tornou o novo “senso comum.”⁶⁵ (CHOMSKY, 2006, p.7 [tradução nossa]).

Como se vê, o sucesso empírico da noção de gravitação universal foi o suficiente para a adoção da nova Física. O fato, no entanto, de ser concebida como uma “força” que agia à distância refuta a visão mecanicista anterior e impede uma definição explícita do que é o físico. Aplicando-se essas ideias ao campo do mental, segundo Chomsky (1995a), uma vez que a noção newtoniana de força gravitacional, que pressupõe a atuação à distância entre corpos, rompe com hipótese do mecanicismo, passa-se a não se dispor de uma

65 “Newton [...] attempted repeatedly to find a mechanical explanation of the cause of gravity .He rejected the view that gravity is “essential and inherent to matter” and maintained that “to tell us that every species of things is endowed with an occult specific property (such as gravity) by which it acts and produces manifest effects, is to tell us nothing.” Some historians of science have suggested that Newton hoped, like Descartes, to write a *Principles of Philosophy* but that his failure to explain the cause of gravity on mechanical grounds restricted him to a *Mathematical Principles of Natural Philosophy*. Thus, to the common sense of Newton as well as the Cartesians, physics was still not adequately grounded, because it postulated a mystical force capable of action at a distance. Similarly, Descartes’s postulation of mind as an explanatory principle was unacceptable to the empiricist temper. But the astonishing success of mathematical physics carried the day against these common-sense objections, and the prestige of the new physics was so high that the speculative psychology of the Enlightenment took for granted the necessity of working within the Newtonian framework (...) The occult force of gravity was accepted as an obvious element of the physical world, requiring no explanation, and it became inconceivable that one might have to postulate entirely new principles of functioning and organization outside the framework of what soon became the new ‘common sense.’”

noção explícita do que seria um corpo, o que consequentemente elimina a própria formulação da dicotomia mente e corpo, como foi tratada classicamente e o é até hoje.

Haveria plausibilidade, assim, em princípio, de usar uma terminologia mentalista sem que precisemos estabelecer, de forma necessária, suas correspondentes físicas ainda que possamos conceber que elas existam. Nessa perspectiva, Chomsky afirma, no entanto, que não é preciso assumir uma postura dualista à la Descartes. Observem-se ainda suas palavras:

Não somos obrigados, como foi o caso de Descartes, a postular uma segunda substância quando lidarmos com fenômenos que não são exprimíveis em termos de matéria em movimento, no sentido empregado por ele. Nem há muita relevância, no que concerne a isso, em perseguir a questão do paralelismo psicofísico. É uma questão interessante se o funcionamento e a evolução da mentalidade humana podem ser tratados no quadro teórico das explicações físicas, como atualmente é concebido; ou se há novos princípios, desconhecidos no momento, que devem ser invocados; princípios que emergiriam apenas em altos níveis de organização que talvez não possam ser submetidos à investigação física. Podemos, entretanto, estar bastante certos de que haverá uma explicação física para o tipo de fenômeno apontado (...) o conceito de “explicação física” será sem dúvida estendido a fim de incorporar o que for descoberto nesse domínio, exatamente como isso foi estendido para acomodar as forças gravitacionais e eletromagnética, partículas sem massa e numerosas outras entidades e processos que teriam incomodado o senso comum de gerações anteriores. Mas, parece claro que essa questão não precisa retardar o estudo de tópicos que estão agora abertos à investigação e parece fútil especular sobre temas tão remotos tendo em vista nossa compreensão atual. (CHOMSKY, 2006, p.86 [tradução nossa]).⁶⁶

66 “We are not constrained, as was Descartes, to postulate a second substance when we deal with phenomena that are not expressible in terms of matter in motion, in his sense. Nor is there much point in pursuing the question of psychophysical parallelism,

Os tópicos abertos para investigação são, bem entendido, os temas relacionados com a cognição, dentre os quais se incluem, como se sabe, a linguística gerativa cuja pesquisa não pode ser impedida, como ficou claro, devido à dificuldade eventual de encontrar os correspondentes físicos de entidades ou princípios de gramática interna propostos.

A visão chomskiana sobre essa questão, à primeira vista, parece não ter se alterado de forma significativa, contrariamente ao que se poderia pensar, com o advento da formalização da perspectiva biolinguística. Veja-se o trecho seguinte que compõe o capítulo adicional do livro *Language and Mind*, escrito especialmente para a nova edição:

A perspectiva da biolinguística encara a linguagem do falante em todos seus aspectos – som, significado, estrutura – como um estado de algum componente da mente, compreendendo “mente” no sentido empregado pelos cientistas do século XVIII os quais reconheciam que, após a eliminação de Newton da “filosofia mecânica”, baseada no conceito intuitivo de mundo material, não permanece nenhuma formulação coerente do problema mente-corpo, e nós podemos apenas conceber aspectos do mundo “nomeados mentais” como o

in this connection. It is an interesting question whether the functioning and evolution of human mentality can be accommodated within the framework of physical explanation, as presently conceived, or whether there are new principles, now unknown, that must be invoked, perhaps principles that emerge only at higher levels of organization than can now be submitted to physical investigation. We can, however, be fairly sure that there will be a physical explanation for the phenomena in question (...) the concept of “physical explanation” will no doubt be extended to incorporate whatever is discovered in this domain, exactly as it was extended to accommodate gravitational and electromagnetic force, massless particles, and numerous other entities and processes that would have offended the common sense of earlier generations. But it seems clear that this issue need not delay the study of the topics that are now open to investigation, and it seems futile to speculate about matters so remote from present understanding.”

resultado de “uma estrutura orgânica assim como a do cérebro”⁶⁷
(CHOMSKY, 2006, p.173 [tradução nossa; aspas do autor]).

Para o autor, enfim, o termo “mental” sempre designou, de fato, uma “área” ou um aspecto do mundo a ser investigado e não uma substância de uma natureza especial que exige uma explicação de tipo material ou físico. Assim, interessa à Linguística, por exemplo, providenciar a melhor descrição e análise possíveis de princípios subjacentes à linguagem humana sem que seja imperativo buscar seus correspondentes de natureza fisiológica ou neurológica.

A visão de Chomsky acerca do debate mente e corpo está, na realidade, subjacente à perspectiva cognitivista, dando-lhe sustentação e viabilidade, já que legitima a investigação do mental no sentido que acabamos de comentar. Pode-se dizer que surge, assim, uma “instância cognitiva” que adquire um estatuto intermediário entre o psicológico e o neurológico. Exploremos um pouco mais a posição chomskiana e o que chamamos de estatuto intermediário da instância cognitiva.

A posição cognitivista de Chomsky é, na realidade, mais difícil de ser precisada do que normalmente se supõe, tendo encontrado alguma oposição ou incompreensão nos autores da tradição analítica. Essa posição encontrou apoio não apenas na argumentação de Fodor (1974), mas também nas propostas desse último em relação ao que ficou conhecido como “linguagem do pensamento” desenvolvida por Fodor (1975, 1987) em vários textos. Nessa perspectiva, a plausibilidade mental ou psíquica de um sistema não necessita ser

67 *“The biolinguistic perspective views a person’s language in all its aspects –sound, meaning, structure – as a state of some component of the mind, understanding “mind” in the sense of eighteenth-century scientists who recognized that after Newton’s demolition of the “mechanical philosophy,” based on the intuitive concept of a material world, no coherent mind–body problem remains, and we can only regard aspects of the world “termed mental,” as the result of “such an organical structure as that of the brain”.*

amparada em sua realização física e a mente é um sistema computacional que trabalha com símbolos de natureza abstrata que geram produtos, sem correlação necessária com correspondentes neurofisiológicos. Essa ideia, como é amplamente conhecido, está no cerne da perspectiva cognitivista.

Da mesma forma, na Teoria Gerativa, não é condição necessária, de adequação ou de veracidade das entidades, princípios ou noções propostas no âmbito da teoria da linguagem, buscar seus correspondentes neurofisiológicos. Chomsky recusa, na verdade, a postura chamada de materialismo epistemológico, ou, derivada desta, o materialismo eliminativista, perspectivas adotadas, no mais das vezes, pelos autores da filosofia analítica em relação ao debate mente e corpo. Para ele, essas posições pressupõem o dualismo de substância já que anteveem a possibilidade de redução de entidades mentais a entidades neurofisiológicas; logo, existem duas substâncias. Ao estabelecer que não é possível definir de forma explícita o que é o físico ou o material, Chomsky pretende eliminar o problema mente-corpo e as doutrinas a ele associadas. Veja-se o seguinte trecho: “Parece que não existe doutrina coerente do materialismo e do naturalismo metafísico, nem da questão do eliminacionismo, tampouco do problema mente-corpo”⁶⁸ (CHOMSKY, 2000, p.91 [tradução nossa]).

Dentre os autores criticados por Chomsky (2000), estão Searle (1992 *apud* CHOMSKY, 2000, p.86) – para quem “a consciência é uma propriedade do cérebro de nível superior ou emergente e ela é tanto de ordem biológica natural quanto a fotossíntese, a digestão ou a mitose”⁶⁹ – e Burge (1992), que considerava ser uma

68 “There seems to be no coherent doctrine of materialism and metaphysical naturalism, no issue of eliminativism, no mind-body problem.”

69 “consciousness is a higher-level or emergent property of the brain”; it is “as much of the natural biological order as (...) photosynthesis, digestion, or mitosis.”

das raras ortodoxias da filosofia americana das últimas décadas do século XX a concepção de que o discurso mentalista e as entidades mentais acabarão por perder seu lugar nas nossas tentativas de explicação do mundo, reduzindo-se a propriedades neurofisiológicas. Para Chomsky, essas versões do materialismo são falsas pelas razões apontadas e o máximo que se pode esperar é uma eventual unificação com a Física, o que não impede de nos debruçarmos nas explicações de natureza cognitiva. Ele admite, assim, um monismo sem, no entanto, se propor, como tarefa, a assumir a atitude reducionista. Embora também crítico de Davidson, com seu monismo anômalo, o qual discutiremos adiante, a postura chomskiana, na nossa opinião, pode ser aproximada da desse autor em relação ao tema que nos ocupa. O que há de comum é, em primeiro lugar, a concepção monista e a convicção de que as instâncias de eventos mentais são instâncias de eventos físicos. Poderia haver, assim, relações causais entre eventos físicos e mentais, mas não, como propõe Davidson, leis naturais interligando os dois tipos de fenômenos. O outro ponto em comum é a recusa da tarefa reducionista já que ambos são monistas.

Evitando-se a busca da correspondência entre entidades mentais e entidades físicas, a questão que se coloca é qual a natureza do que é chamado de cognitivo? Essa questão tem acompanhado, evidentemente, todo o desenvolvimento das ciências cognitivas. No que se refere à Teoria Gerativa, o tema tem sido discutido por Chomsky, pelo menos, desde seu debate com Quine e T. Nagel na década de 70 do século passado (CHOMSKY, 2000, 1986, 1975; QUINE, 1972; T. NAGEL, 1969). Ocupamo-nos, nós mesmos, do tema, detalhadamente, em outros trabalhos (VITRAL, 2016a, 2016b). Vamos aqui apenas resumi-lo.

O cerne da discussão é a não aceitação por Quine e T. Nagel da proposta de que a gramática internalizada – ou língua-I; ou o LAD

(dispositivo de aquisição da linguagem) –, entidade fundamental, como se sabe, para o gerativismo, tenha estatuto psíquico, ou seja representada psicologicamente. Veja-se como se exprime T. Nagel (1993 *apud* CHOMSKY, 2005, p.208 [tradução nossa]): para o primeiro, é inexacto descrever LAD como “um mecanismo psicológico”, devendo-se considerá-lo “simplesmente como um mecanismo físico, pois não pode estar na origem de um pensamento subjetivo, que não tenha outro conteúdo senão as próprias regras”⁷⁰. Tomemos o seguinte trecho de Vitral (2016b, p.6), que comenta o que acabamos de expor. Assim, para T. Nagel (a mesma conclusão é extraída do texto de Quine [1972]), quando ele comenta a distinção, muito conhecida, entre um comportamento que segue uma regra (*to guide*) e um comportamento que observa uma regra (*to observe*):

(...) não é possível aceitar que o saber gramatical tácito, que Chomsky supõe fazer parte da competência dos falantes, [possa] ser chamado de conhecimento. T. Nagel faz assim uma comparação entre o saber linguístico suposto por Chomsky e os princípios que governam nossa digestão. Para ele, não há como chamar a capacidade inata da digestão de conhecimento, assim como não é possível chamar nossa capacidade de formar orações bem formadas de conhecimento inato linguístico. Essa capacidade linguística é radicalmente inconsciente, isto é, nunca pode se tornar consciente, como o próprio Chomsky admite, mais tarde, no livro Regras e Representações (CHOMSKY, 1981, cap.6).

Apesar da recusa inicial de Chomsky, principalmente no texto de 1975, das objeções dos dois autores, como o desenvolvimento da discussão e, sobretudo, como mostro em Vitral (2016b), Chomsky coloca em discussão a ideia de que a gramática internalizada seja

70 “un mécanisme psychologique” (...) “*simplement comme un mécanisme physique, car ne pouvant être à l'origine de la pensée subjective consciente, qui n'a d'autre contenu que ces règles elles-mêmes*”.

de natureza psicológica ou que esteja representada psicologicamente.⁷¹ O advento da biolinguística, em sua versão contemporânea, tem um papel relevante no que pode ser considerado como uma mudança de perspectiva em relação à natureza da instância gramatical internalizada, que passa a ser menos específica do que o que se supunha anteriormente, o que favorece o incremento da concepção dessa instância mental como de substância biológica; no entanto, até a hora atual, como mostro em Vitral (2016), o cotejo com a biologia molecular e outras ciências da vida, têm funcionado mais efetivamente, na biolinguística, como critério de validação e compatibilidade de hipóteses elaboradas no seio da Teoria Gerativa (VITRAL, 2016b).

Dando sequência à nossa discussão, já em Chomsky (2000, p.94 [tradução nossa]), que é compatível com o que dissemos anteriormente, o autor, ao recusar uma linha nítida dividindo o que é mental e o que é físico, parece evitar de incluir a instância gramatical, seu objeto de estudo, no rol das propriedades psicológicas (Cf. as notas 74 e 76): “as teorias do LAD e da língua não ultrapassam a linha de

71 Esta nota é basicamente o que se encontra em Vitral (2017, p.8): “A discussão, pelo menos, tornou legítimo colocar em dúvida a noção de uma gramática representada psicologicamente ou, pelo menos, fica mais clara a necessidade de explicitação da natureza mental dessa gramática. Uma das consequências ainda é que nos textos chomskianos que se seguiram, a noção de “representação mental” passa a não ser vista com bons olhos. Pode-se observar, nessa direção, a resposta de Chomsky a Frances Egan no livro *Chomsky and His Critics* (Antony et alii (2003, p.272). Em relação à questão sobre o fundamento e o poder explicativo da noção de conteúdo representacional, Chomsky responde: “Eu não penso que a noção de “conteúdo representacional” tenha sido esclarecida suficientemente (...) As questões que me parecem não ter sido respondidas são: o que é ‘conteúdo representacional’? E como essa noção contribui para alcançar os objetivos para os quais é proposta? No caso da fonética, aparentemente não consegue. O que dizer sobre os demais casos? (tradução nossa de “I don’t think that the notion ‘representational content’ has been clarified sufficiently...The questions that seem to me unanswered are: what is ‘representational content’? And how does it contribute to this end? In the phonetics case, apparently not at all. What about other cases?”).

demarcação mente-corpo; elas não tratam da mente no sentido de mecanismos psicológicos^{72, 73}.

No nosso modo de ver, a imprecisão ou, como nos referimos, com boa vontade, o estatuto intermediário do cognitivo deve-se, assim, à identificação de uma instância que contém entidades que não têm substância psicológica, mas que poderiam encontrar correspondentes físicos. No entanto, abstêm-se de buscá-las ou, pelo menos, não é condição necessária estabelecê-las para que ganhem plausibilidade ou adequação descritiva e explicativa; ou ainda, supondo que existam tais correspondências, não há coincidência entre as entidades cognitivas atualmente propostas e entidades, já apontadas, que constituem as propriedades neurofisiológicas. Esses comentários são direcionados às entidades da linguagem concebidas na Teoria Gerativa. Como vimos, no entanto, essa não é a visão dos trabalhos de neurociências, como o de Theurer e Bickler (2013), que se fundamentam na busca da correspondência entre propriedades psiconeurológicas.

Diante de questões como a que estamos comentando, Chomsky, normalmente, se conforma com a eventual unificação das ciências em formulações do seguinte tipo: há esperança de, num futuro indeterminado, consigamos realizar as correspondências entre entidades cognitivas e seus correspondentes neurofisiológicos, mas que não temos ainda os meios suficientes para

72 *“the theories of LAD and of the language do not cross the body–mind divide; they are not about the mind, about psychological mechanisms.”*

73 O trecho seguinte, (Chomsky, 2000, p.97), é ainda mais pessimista em relação à pertinência da noção de representação mental ou de “conteúdo” psicológico: “...a investigação naturalística da linguagem e da mente não produz “realidade psicológica”, “mecanismos psicológicos...ou “representações mentais...” (tradução nossa de: “*the naturalistic inquiry into language and mind does not yield “psychological reality,” or “psychological mechanisms,”... or “mental representations...”*”.

tanto. Observe-se que, nessa perspectiva, Chomsky distingue redução de unificação; essa última um processo comum quando se observa o desenvolvimento das disciplinas científicas. Vejamos mais alguns detalhes a respeito.

Chomsky propõe o que ele chama de materialismo metodológico⁷⁴, que é a possibilidade de estudar o mental, definido como uma “área” do mundo, buscando sua racionalidade por meio dos recursos das Ciências da Natureza. No que se refere, assim, às ciências cognitivas, Chomsky (2000, p.103 [tradução nossa]) afirma:

dispomos apenas da abordagem naturalista: elaborar uma teoria nos termos apropriados, quaisquer que sejam eles, e afrontar o problema da unificação. Em segundo lugar, não se pode por enquanto que esperar que os “termos neurológicos” sejam pertinentes para o problema da unificação⁷⁵.

Em relação ao cognitivo, encontramos-nos, assim, segundo o autor, diante de um problema típico de unificação de ciências que

74 Nas suas palavras Chomsky (2000, p.76), “compreendemos o termo “naturalismo” sem conotações metafísicas: uma “abordagem naturalista” da mente examina os aspectos mentais do mundo como é feito em relação a qualquer outro, procurando elaborar teorias explicativas inteligíveis com a esperança de as integrar ao “núcleo rígido” das ciências naturais. Um tal “naturalismo metodológico” se opõe ao que se poderia chamar de “dualismo metodológico”, concepção segundo a qual nós deveríamos renunciar à racionalidade científica quando estudássemos os humanos “acima do pescoço” (tradução nossa de “Let us also understand the term ‘naturalism’ without metaphysical connotations: a ‘naturalistic approach’ to the mind investigates mental aspects of the world as we do any others, seeking to construct intelligible explanatory theories, with the hope of eventual integration with the ‘core’ natural sciences. Such ‘methodological naturalism’ can be counterposed to what might be called ‘methodological dualism’, the view that we must abandon scientific rationality when we study humans ‘above the neck’”).

75 “we have only the naturalistic approach: to construct explanatory theory in whatever terms are appropriate, and to face the unification problem. Second, it is, for the moment, only a hope that “neurological terms” are relevant for the unification problem”.

pode eventualmente ser remanejado para se integrar a uma teoria explicativa mais fundamental que obtém sucesso em outros domínios. Veja-se, enfim, como ele se exprime (CHOMSKY, 2000, p.79 [tradução nossa]): no que concerne à relação com propriedades do mundo biológico, não há “mais que relações muito tênues com tudo o que foi descoberto nas ciências do cérebro. Somos, assim, confrontados com problemas de unificação que são comuns na história da ciência e não sabemos como – ou se – serão resolvidos”⁷⁶.

O que acabamos de resumir são as posições fundamentais de Chomsky sobre os temas da redução/unificação das ciências e do problema mente-corpo. No entanto, retomaremos a discussão, na seção 3, mostrando que nosso autor parece mais otimista em relação ao cotejo de propriedades da linguagem e propriedades de natureza física ou biológica.

76 “more than very weak relations to anything discovered in the brain sciences. So we face the problems of unification that are common in the history of science, and do not know how – or if – they will be resolved.”

REVISÃO

Bruna Toso

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Estúdio Guayabo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vitral, Lorenzo

Gramaticalização e gramática gerativa [livro eletrônico] :
fundamentação, o problema mente/corpo e domínios de validade
/ Lorenzo Vitral. – Campinas, SP : Editora da Abralín, 2021. -- (Altos
estudos em linguística)
PDF

Bibliografia.

ISBN 978-85-68990-04-9

1. Epistemologia 2. Gramática gerativa 3. Gramaticalização
4. Linguística 5. Pragmática I. Título. II. Série.

21-81227

CDD-410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística 410

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

DOI 10.25189/9788568990049